

A UnB e a defesa inabalável da democracia

» FÁTIMA SOUSA

Professora-associada do Departamento de Saúde Coletiva e ex-diretora da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília

Precisamos recordar aos nossos jovens o significado do golpe militar para o Brasil, que viveu 21 anos sob uma ditadura marcada pela tortura e morte de opositores políticos, censura à imprensa e aos artistas contestadores, além de restrições aos direitos políticos. Muitas mulheres, artistas, intelectuais, políticos e educadores foram obrigados a deixar o país e se exilar para fugir da repressão. O golpe de Estado no Brasil, em 1964, marcou um período sombrio de nossa história com a deposição do então presidente João Goulart, encerrando a Quarta República (1946-1964) e dando início à ditadura militar brasileira (1964-1985).

Esse período representou uma interrupção na democracia brasileira, que havia adotado o presidencialismo desde a Proclamação da República, em 1889. A ditadura impôs um modelo econômico que favorecia grandes interesses, resultando em violações generalizadas dos direitos humanos e marginalização de grupos vulneráveis. Suas consequências também afetaram a Universidade de Brasília (UnB), que, ao dar seus primeiros passos de criação, foi atacada violentamente pelo golpe de 64, sofrendo uma intervenção militar com a demissão de diversos professores e a perseguição ideológica a estudantes e funcionários.

É importante lembrar e refletir sobre esse período da história brasileira para que possamos valorizar a democracia e lutar por um país mais justo e livre de violações aos direitos humanos, como nos recorda a obra do professor Roberto A. Salmeron *A universidade interrompida: Brasília 1964-1965*, leitura obrigatória aos nossos tempos. Ele nos conta que, logo após o golpe, diversos professores foram demitidos e afastados por motivos políticos. Muitos deles eram considerados subversivos ou simpatizantes do governo deposto. Essa perseguição ideológica afetou não apenas a qualidade do corpo docente, mas também a liberdade de pensamento e o pluralismo acadêmico da UnB.

Além disso, estudantes e funcionários enfrentaram uma intensa repressão por parte do regime militar. Muitos foram presos, torturados e até mesmo mortos por expressarem suas opiniões políticas ou participarem de movimentos de resistência, fatos que não nos deixam esquecer Honestino Guimarães. A liberdade de expressão dentro do campus foi severamente cerceada, e um clima de medo e vigilância permeou a vida universitária durante todo o período da ditadura.

A intervenção militar também teve impactos nas estruturas administrativas e acadêmicas. O regime

impôs uma série de restrições e controle sobre as atividades da universidade, interferindo em decisões e impondo diretrizes ideológicas. Disciplinas consideradas subversivas foram excluídas dos currículos, e a autonomia universitária foi fortemente limitada. Comprometeu, ainda, a continuidade de projetos acadêmicos e a formação de novos pesquisadores.

Mas apesar de todas essas adversidades, a comunidade acadêmica da UnB resistiu bravamente ao regime militar. Estudantes, técnicos administrativos e professores se organizaram em movimentos de resistência, promovendo debates clandestinos, produzindo conhecimento crítico e mantendo viva a chama da liberdade e da democracia dentro dos muros da universidade.

A UnB é uma instituição que manteve seu farol aceso, iluminando a defesa da democracia, promovendo a liberdade de pensamento, expressão e pluralidade de ideias. Sua atuação é um exemplo inspirador para outras instituições de ensino e para a sociedade brasileira. Sua comunidade que viveu, resistiu e nos conta hoje sobre os tempos de obscurantismo, nos instiga a manter ardente a chama da esperança de que os tempos passados não mais encontrarão esteio no presente, tão pouco no futuro. Ditadura, nunca mais! Democracia, sempre!

A corrida para o desmatamento

» ISABEL FIGUEIREDO

Coordenadora do Programa Cerrado e Caatinga do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN)

» LETÍCIA VERDI

Assessora de Comunicação do ISPAN

Como se o Código Florestal já não fosse desigual o suficiente, permitindo muito mais desmatamento no Cerrado do que na Amazônia, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou, em 20 de março, o Projeto de Lei (PL) 364/19, que pode deixar desprotegidos cerca de 48 milhões de hectares de campos nativos em todo o país. Essa alteração impactaria 50% do Pantanal, 32% dos Pampas e 7% do Cerrado, além de algumas fisionomias de vegetação amazônica, segundo cálculos da SOS Mata Atlântica.

O texto do PL propõe que todas as áreas de campos nativos do país com vegetação não florestal, como os campos de altitude e campos gerais, sejam consideradas de uso rural consolidado. Na prática, significa que essas áreas poderiam ser dispensadas de licenciamento ambiental para uso agrícola, desde que comprovado uso antrópico anterior a julho de 2008.

A proposta dos deputados da bancada ruralista do Congresso Nacional se contrapõe a todo um esforço de técnicos, ambientalistas e lideranças indígenas que trabalham incansavelmente na defesa do bioma Cerrado, o mais ameaçado atualmente pelo agronegócio, que já perdeu 50% de sua cobertura vegetal nativa.

Com o propósito de incidir politicamente no âmbito internacional, um grupo da sociedade civil organizada, representada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Rede Cerrado, Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN) e WWF-Brasil, esteve recentemente na Europa para reuniões e debates com governos e empresas da Holanda, França e Bélgica.

O motivo principal da missão foi a EUDR, a legislação europeia que controla a importação de commodities que estejam gerando desmatamento em outros países, em vigor desde o ano passado. A notícia de haver uma legislação preocupada em mitigar os impactos das importações da Europa em outros países é boa, mas a legislação abrange apenas florestas tropicais e deixa de fora outros ecossistemas.

Segundo vem sendo estudado, a exclusão do Cerrado da normativa europeia pode ter gerado um efeito de "vazamento" da devastação da Amazônia para o segundo maior bioma do Brasil, e pode ser uma das causas do crescimento de 44% do desmatamento do Cerrado no ano de 2023.

Esse efeito já foi visto antes, com a implementação da moratória da soja, a partir de 2018. O compromisso, importantíssimo para reduzir o desmatamento na Amazônia, gerou uma migração de parte do investimento das empresas de produção de soja da Amazônia para o Cerrado, de modo a cumprir acordos e, com isso, garantir a venda do produto no mercado internacional.

A incidência política na Europa, em março, pela defesa do Cerrado, justifica-se pelos números: a Europa é o segundo maior mercado externo da soja brasileira, commodity que é a principal indutora do desmatamento em nosso país. O Brasil é responsável por 42% da soja e 20% da carne consumidas no mundo. Para isso acontecer, 44% do território do bioma Cerrado, que cobre cerca de 25% do território nacional, está tomado pela agropecuária.

Em outro acordo amplamente divulgado, os grandes comerciantes de soja comprometeram-se a parar a conversão de ecossistemas não florestais, como o Cerrado, até 2030 — quando pode ser tarde demais. Esse prazo estendido sinaliza uma estratégia de aproveitar ao máximo a desproteção das savanas, enquanto o agro capitaliza sobre um compromisso ambiental a longo prazo.

Atualmente, a regulação da União Europeia está passando por revisões e a mais importante se refere à inclusão de outros ecossistemas (other wooded lands) na normativa. A comitiva brasileira conversou com políticos, como o senador Yannick Jadot e o líder de partido François Ruffin, além da ministra de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais da França, Chryssoula Zacharopoulou, da eurodeputada do Partido Verde, Anna Cavazzini, e da equipe responsável pela revisão da EUDR, como Emanuele Pitto, entre outros.

A delegação brasileira contou com a parceria das Ongs europeias Fern, Mighty Earth, WWF e AidEnvironment e se articulou também com Greenpeace, Animal Protection, EnvoVert, Canopée, Earthworm Foundation, EarthSight, ClientEarth e Global Witness.

Com o objetivo de ampliar o conhecimento dos europeus sobre o bioma Cerrado, em cada cidade foram realizados eventos culturais com imagens do fotógrafo indígena Kamikia Kisedje e degustação de produtos cerratenenses, como pequi e baru. Durante a missão, a comitiva brasileira demonstrou que, sem o Cerrado, a legislação europeia não vai alcançar os seus objetivos, uma vez que a maior pegada ecológica atual da Europa está justamente nesse bioma.



O peso da magreza: por uma nutrição sem estereótipos

» RODRIGO DANIEL SANCHES

Consultor científico do Conselho Regional de Nutricionistas 3ª Região (CRN-3), é mestre em Comunicação e Semiótica (PUC/SP), doutor em Psicologia (FFCLRP/USP) e pós-doutor em Comunicação (Faculdade Cásper Líbero/FCL)

» ROSANA NOGUEIRA

Presidente do Conselho Regional de Nutricionistas 3ª Região (CRN-3), é mestre em Educação (FE/Unicamp), doutora em Alimentos e Nutrição (FEA/Unicamp)

O filme alemão *Corra, Lola, corra* (Lola Rennt, 1998), de Tom Tykwer, é uma metáfora da velocidade. Fiel ao título, a protagonista corre alucinadamente durante quase toda a projeção. Assim como Lola, que precisa correr para salvar o namorado em apuros, o sujeito contemporâneo precisa correr para salvar a si mesmo. Incapaz de ficar parado, corre para obter sucesso e, inclusive, um corpo perfeito. Paradoxalmente, enquanto pensa que corre para fugir dos estereótipos, corre cada vez mais em sua direção.

Estereótipos são conceitos ou imagens preconcebidas, padronizadas e generalizadas pelo senso comum. Normalmente, são utilizados para delinear e rotular distinções quanto à aparência e ao comportamento. Na atualidade, circulam velozmente e arbitrando sobre tópicos variados, da alimentação e saúde ao culto ao corpo, da moda à idealização da gravidez.

Dois exemplos de estereótipos são o culto à magreza e o terrorismo nutricional. Em *Da leveza: rumo a uma civilização sem peso* (Ed. Manole), o filósofo e sociólogo francês Gilles Lipovetsky pontua que a leveza preenche cada vez mais nosso mundo material e cultural. Em relação ao corpo, tornou-se um valor, um imperativo social.

Os estereótipos sobre o corpo, especialmente o feminino, parecem não deixar margem para

outros formatos corporais. São imagens que circulam na mídia em geral, especialmente nas redes sociais, de silhuetas magras ou sem qualquer resquício de gordura.

Ao afirmarmos a vitória simbólica do leve sobre o pesado, os estereótipos aumentam a obsessão pelas dietas da moda, exercícios, medicamentos, procedimentos estéticos e alimentos que prometem dizimar o peso.

Você já comparou o seu corpo e a sua alimentação com os de outras pessoas? A determinação na busca pelo corpo magro está atrelada ao ver e ser visto (seja na vida real ou virtual). O corpo deve ser mostrado. E o modelo triunfante da magreza, invejado e copiado a qualquer custo, torna-se um novo peso.

Os dizeres sobre a alimentação e nutrição também apresentam inúmeros estereótipos. Seja enfiando um alimento ou o mortificando — em muitos casos, difundindo informações falsas e sem nenhuma base científica.

Quem disse que dieta é o ato de emagrecer? Para os gregos, dietética era uma terapia curativa que prescrevia alimentos e maneiras específicas de alimentar-se. Ser muito gordo ou muito magro era sinal de um corpo não saudável. Diferentemente de outros períodos históricos, as sociedades modernas são lipofóbicas: odeiam a gordura

e o corpo gordo.

Na esteira da lipofobia e, diferentemente do que consta no dicionário, a palavra dieta ganhou outros sentidos que estão além da preocupação com a saúde. A ideia em voga é subtrair: eliminar, queimar ou perder peso; diminuir ou saciar a fome; diminuir o manequim, secar a barriga.

A aversão a engordar está enraizada no nosso cotidiano, principalmente entre as mulheres. No universo midiático de boa forma, beleza e vida saudável, o corpo da mulher é difundido como perfeitamente magro. E a nutrição, nesse contexto, é vista como um instrumento de formatação corporal. É preciso compreender que a obesidade transcende a mera força de vontade individual. Ela é parte de uma complexidade que abarca fatores econômicos, influências da mídia e questões sociais. É preciso combater o preconceito e a obsessão pela magreza a qualquer custo, que ocorre frequentemente em detrimento da própria saúde.

Mas será que devemos aceitar essas definições sem questionar? Toda mulher deve ser magra? Em meio à enxurrada de desinformação sobre alimentação, dietas e saúde que circula nas redes sociais e na mídia, o Conselho Regional de Nutricionistas 3ª Região (CRN-3) traz uma contribuição: apresenta a campanha Nutrição Sem Estereótipos (NSE).